

27 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Testemunhas confirmam lavagem de dinheiro

Um empresário e um corretor de imóveis disseram ao juiz da Publicano que ex-delegado da Receita teria ocultado bens e lavado dinheiro

Loriane Comeli
Reportagem Local

Duas testemunhas arroladas pelo Ministério Público (MP), em audiência realizada ontem perante o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, relativa ao processo criminal da terceira fase da Operação Publicano, confirmaram fatos que indicam que o auditor José Luiz Favoreto Pereira, ex-delegado da Receita Estadual de Londrina, teria ocultado bens e lavado dinheiro.

Deflagrada em outubro do ano passado, a Publicano 3 envolve 18 réus em 30 fatos criminosos, todos relacionados a crimes de lavagem de dinheiro de bens obtidos ilícitamente por Favoreto, segundo afirma o MP. Além de organização criminosa e três falsidades ideológicas, são narrados 26 fatos de lavagens de dinheiro, crimes para os quais ele teve ajuda dos outros réus, segundo o MP, como o irmão Antonio Pereira Júnior e a cunhada Leila Raimundo, o casal de em-

presários Sarquis e Marilúcia Sâmara, advogado André Luís Aquino Arruda e o também auditor Luiz Antonio de Souza, principal delator da Publicano.

Os bens e valores obtidos ilegalmente por meio da cobrança de propina de empresários que sonegavam impostos, esquema descrito com detalhes pelo MP nas denúncias relativas às outras quatro fases da Publicano (1, 2, 4 e 5), precisavam ser lavados por meio de simulações para entrar licitamente no patrimônio do auditor.

O primeiro a ser ouvido ontem foi o empresário Carlos Eduardo de Souza, delator da Operação Publicano, que ontem declarou que a PF&PJ, empresa de fachada de Favoreto, criada unicamente para permitir as fraudes e sonegações fiscais, segundo o MP, emitiu notas fiscais para uma de suas empresas sem que jamais houvesse qualquer negociação entre elas e que cheques de sua empresa foram dados à PF&PJ. Souza, que foi achacado por Luiz Antonio de Souza em 2011, e aderiu ao esquema de cor-

rupção, não foi acusado justamente por ter sido um dos primeiros delatores.

Em seguida, um corretor de imóveis relatou que Favoreto e Souza, por meio de outra empresa de fachada operada pelos auditores (Mastinvest) compraram um barracão por R\$ 1,1 milhão, mas registraram o imóvel com o valor de R\$ 600 mil. O dono do imóvel, na fase de investigação, admitiu ao MP que, de fato, o valor constante da escritura é inferior ao valor do negócio. Residente em Campo Grande (MS), o ex-proprietário do imóvel será ouvido por carta precatória.

“O que se demonstrou hoje confirma aquilo que apresentamos na denúncia”, afirmou o promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que acompanhou as audiências ontem.

CONTINUA

27 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para hoje, estão agendados os depoimentos de outras três testemunhas arroladas pelo MP. As audiências voltam na próxima segunda-feira (3/10), para ouvir eventuais testemunhas de acusação que tenham faltado justificadamente; terça, quarta e quinta-feira da semana que vem serão ouvidas 45 testemunhas de defesa que moram em Londrina. E na semana seguinte os réus, começando por Souza.

Os dois auditores, que respondem também por crimes sexuais, acompanharam a audiência de ontem. Souza está preso desde janeiro do ano passado, quando foi flagrado em um motel com uma adolescente, e, em razão da Publicano 5, na qual é acusado de voltar a praticar atos ilícitos, como extorsão, mesmo de dentro da cadeia, perdeu os benefícios da delação premiada e não pôde deixar a cadeia em 30 de junho, como previsto inicialmente no acordo. Favoreto responde em liberdade. Os réus negam as acusações.

Até agora, apenas a Publicano 1 já teve as audiências realizadas e está em vias de receber sentença de Nanuncio.

27 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Ministro deve explicar antecipação da Lava Jato

A declaração do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, de que essa semana aconteceria mais uma fase da Operação Lava Jato colocou o governo federal em uma situação bastante constrangedora. A afirmação foi feita espontaneamente, no último domingo, durante participação de Moraes em campanha do candidato a prefeito de Ribeirão Preto (SP), Duarte Nogueira (PSDB). Ontem, um dia depois da declaração, a Polícia Federal (PF) deflagrou a 35ª fase da Lava Jato, em que o ex-ministro Antonio Palocci (PT) foi preso. Ao todo, foram expedidos 45 mandados judiciais, sendo 27 de busca e apreensão, três de prisão temporária e 15 de condução coercitiva. A questão levantada após a afirmação infeliz é se o ministro da Justiça tinha informação privilegiada e sabia da operação com antecedência. Não é a primeira vez que declarações de ministros consideradas inadequadas colocam o presidente Michel Temer (PMDB) em situação muito difícil. Isso já foi motivo de substituições no primeiro escalão e obrigou o governo federal a se esforçar para diminuir as crises causadas por declarações impróprias. Imediatamente, a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça se pronunciou dizendo que a declaração do titular da pasta foi uma "força de expressão". O fato é que Moraes pode ser investigado por vazamento de informação sigilosa. Se ficar comprovado que ele sabia e antecipou a realização de

uma nova fase da Lava Jato, ele poderá ser enquadrado no artigo 325 do Código Penal, que fala sobre violação de sigilo funcional. A legislação deixa claro que um funcionário público comete crime contra a administração quando revela um fato de que tem ciência em razão do cargo e que deveria permanecer em segredo. Cabe ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, decidir se pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma eventual investigação contra o Moraes. É mais uma crise para ser contornada pelo presidente Temer, que já teve o seu apoio à Lava Jato questionado logo no começo da sua administração. Mesmo que não seja o caso de informação privilegiada, não é nada adequado para um ministro da Justiça brincar com a maior investigação já realizada no Brasil contra corrupção. A situação pede, realmente, uma boa explicação.



- Estou prevendo mais uma fase da Lava Jato...
- E eu estou prevendo que terei que substituir o ministro da Justiça...

27 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Compartilhamento de inquéritos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, autorizou o compartilhamento de inquéritos envolvendo políticos com a força-tarefa da Lava Jato no Paraná, para que o Ministério Público Federal cobre dos suspeitos a devolução de recursos desviados. Com o material em mãos, os procuradores deverão entrar com ações de improbidade administrativa contra os acusados de participar do esquema de corrupção da Petrobras. O pedido de acesso às provas foi feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Casos de Gleisi e Collor

Entre os inquéritos que serão enviados ao Paraná estão os relacionados aos senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Fernando Collor (PTC-AL) e Benedito de Lira (PP-AL). Também constarão provas contidas nas investigações que têm como alvo os deputados Aníbal Gomes (PMDB-CE), Vander Loubet (PT-MS), Luiz Fernando Faria (PP-MG), José Otávio Germano (PP-RS), Nelson Meurer (PP-PR), Arthur Lira (PP-AL) e Roberto Britto (PP-PA). Um dos documentos anexados ao pedido é assinado pelo coordenador da força-tarefa de Curitiba, o procurador Deltan Dallagnol.

Moro solta alvos da Arquivo X

O juiz federal Sérgio Moro mandou soltar todos os alvos da Operação Arquivo X, 34º desdobramento da Lava Jato que pegou o ex-ministro Guido Mantega (Fazenda), na quinta-feira (22). A decisão do juiz da Lava Jato alcança outros sete investigados da Arquivo X, Luiz Cláudio Machado Ribeiro, Ruben Maciel da Costa Val, Luiz Eduardo Carneiro, Danilo Souza Baptista, Francisco Corrales Kindelan, Luiz Eduardo Neto Tachard e Júlio César Oliveira Silva.

Restrições

Moro impôs a eles três restrições: compromisso de comparecimento a todos os atos do processo e atenderem às intimações, mesmo no inquérito, por telefone; proibição de deixar a residência por mais de 30 dias sem pedir autorização judicial; e proibição de deixar o país sem sua autorização. Os sete e Mantega haviam sido capturados na quinta (22), em investigação sobre suposta exigência de R\$ 5 milhões que o ex-ministro teria feito em novembro de 2012 ao empresário Eike Batista para cobrir dívidas de campanha do PT.

27 SET 2016

GAZETA DO POVO

Lava Jato prende Antonio Palocci e aumenta cerco a ex-auxiliares de Lula

Ex-chefe da Casa Civil e ex-ministro da Fazenda é acusado de coordenar esquema de propina da Odebrecht nos governos petistas

SÃO PAULO
Agência O Globo

● O ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci foi preso ontem em São Paulo na 35.ª fase da Operação Lava Jato, batizada de "Omertà". O ex-ministro foi transferido no início da tarde para Curitiba.

Outros dois assessores de Palocci também tiveram suas prisões temporárias confirmadas. São eles: Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete do então ministro da Fazenda, e Branislav Kontic, ex-assessor do petista na Casa Civil.

Palocci é mais um dos ex-ministros dos governos Lula e Dilma Rousseff a ser preso pelos agentes na operação. Na semana passada, Guido Mantega foi detido na 34.ª fase da Lava Jato, batizada de Arquivo X. Mantega foi solto no mesmo dia, algumas horas depois, por meio de uma decisão de ofício do juiz Sergio Moro.

Palocci foi ministro da Fazenda do ex-presidente Lula e ministro da Casa Civil na gestão de Dilma. Era um dos coordenadores da campanha do PT à Presidência e mantinha um escritório de consultorias.

Odebrecht

A prisão de Palocci, segundo a força-tarefa da Lava Jato, se deu por conta de sua relação criminosa com a empreiteira Odebrecht. De acordo com a Polícia Federal, Palocci é suspeito de defender interesses da empresa desde a aprovação de medidas provisórias a concessão de financiamento de obras do BNDES — tanto no período em que era ministro quanto no que era deputado federal.

A PF classificou como "uma verdadeira conta-corrente que a Odebrecht tinha com o PT devido a interferência principalmente de Antonio Palocci em favor da empreiteira nos mais diversos projetos", disse o delegado Filipi Pace.

"Italiano"

A Polícia Federal liga Palocci ao codinome "italiano" citado em planilha do Setor de Operações Estruturadas, a área secreta de propinas da empreiteira. Segundo a Omertà, "italiano" é Palocci.

"Em 2008, é o primeiro lançamento da planilha italiano. Essa planilha consiste numa conta-corrente que Antonio Palocci Filho, que representava o grupo político do PT, tinha com a empresa Odebrecht. Os primeiros pagamentos são de 2008, estão atrelados a eleições municipais e, provavelmente, à eleição que João Santana de Cerqueira Filho também trabalhou em El Salvador", afirmou o delegado Filipe Hille Pace.

João Santana foi o marqueteiro das campanhas presidenciais de Lula (2006) e Dilma (2010 e 2014).

CONTINUA

27 SET 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Ditadura militar"

José Roberto Batochio, advogado de Palocci, disse que a acusação é no "melhor estilo da ditadura militar", e que a prisão foi desnecessária.

"Num belo dia batem à sua porta e o levam. Estamos voltando aos tempos do autoritarismo, da arbitrariedade. Qual é a necessidade de prender uma pessoa com domicílio certo, que é médico, foi duas vezes ministro, pode dar todas as informações quando for intimado?", questionou o advogado.

R\$ 128 MILHÕES

O juiz federal Sergio Moro determinou o bloqueio de R\$ 128 milhões em ativos do ex-ministro Antônio Palocci Filho, de seu assessor Branislav Kontic e de seu ex-chefe de gabinete, Juscelino Dourado, além das empresas Projeto Consultoria Empresarial e da J&F Assessoria. É o maior valor de bloqueio determinado por Moro na Operação Lava Jato.

INSTITUTO LULA

Ex-assessor de Antonio Palocci preso temporariamente ontem, em São Paulo, Branislav Kontic era investigado pela Lava Jato por suspeita de intermediar com a Odebrecht a compra de um prédio para o Instituto Lula, em 2010. A empresa chegou a comprar um prédio de três andares na Vila Clementino, na Zona Sul de São Paulo, usando uma empresa parceira para efetuar a compra – a DAG Construtora, de Salvador. O plano de dar o prédio para o Instituto Lula, no entanto, não foi adiante, e a entidade foi instalada no antigo prédio do Instituto Cidadania, ligado ao PT.

Para PF, Mantega sucedeu Palocci na coordenação da propina

SÃO PAULO
Agência O Globo

● Após suspeitar que Antonio Palocci era o "italiano" citado em planilha de propinas do Grupo Odebrecht, a Polícia Federal (PF) associa o nome do ex-ministro Guido Mantega ao codinome "Pós Itália", acompanhado a uma cifra de R\$ 50 milhões. Em relatório anexado ontem às investigações contra Palocci, a PF afirma que há indícios de que Mantega substituiu Palocci na ordenação de pagamentos ilícitos a Marcelo Odebrecht.

Um dos exemplos citados é relacionado à BMX Empreendimentos, usada pela Odebrecht Empreendimentos

Imobiliários para fazer projetos para a prefeitura de São Paulo. Anotações apreendidas na Odebrecht relacionam R\$ 3 milhões a Mantega e aos petistas Cândido Vacarezza e Carlos Zarattini, atrelados a "Evento Out", que seriam eleições. Outros R\$ 2 milhões a "Evento 2014", sob orientação de Mantega.

"Guido Mantega (GM), por sua vez, ao que parece, definiria a destinação de R\$ 1 milhão, relativo ao 'Evento Out', e de R\$ 21 milhões, relacionado ao 'Evento 2014'", diz o relatório.

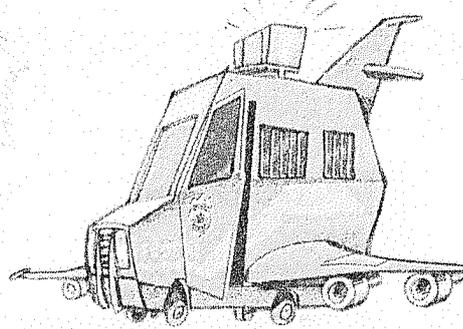
Na mesma anotação onde Mantega é associado a "Pós Itália" consta ainda R\$ 23 milhões para "Amigo", codinome que os investigadores dizem não ter ainda identificado. Antes de substituir Palocci, segundo a PF, Mantega era usado pelo empresário Marcelo Odebrecht para obter informações sobre as ações de Palocci.

27 SET 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO

BEM-VINDO
À CURITIBA

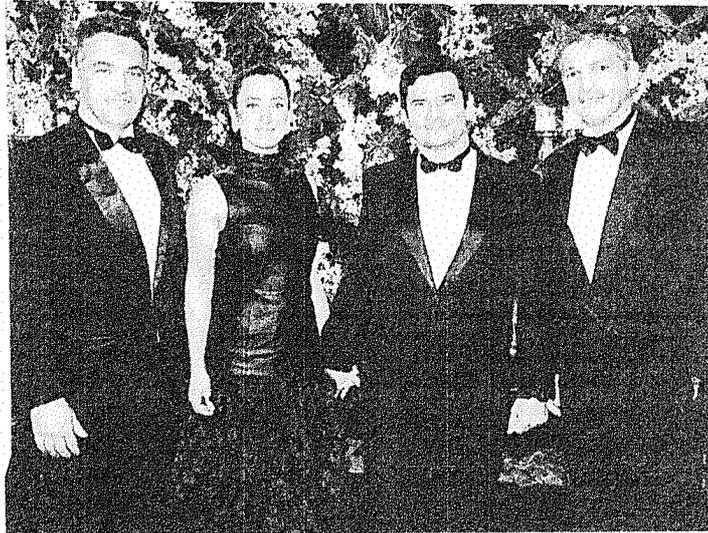


4/16

27 SET 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA



O juiz Sergio Moro e a mulher, Rosângela Wolff Moro, com o presidente do Clube Curitibano, José Antonio Baggio Pereira (à dir.), e o vice, Renato Ramalho, no Baile das Debutantes do último sábado.

27 SET 2016

GAZETA DO POVO

STF decide hoje se Gleisi vira ré da Lava Jato

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

● A senadora paranaense Gleisi Hoffmann (PT) pode se tornar ré em ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF) por causa da Operação Lava Jato. Hoje, a Segunda Turma do STF vai analisar se acolhe ou rejeita a denúncia feita pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra ela, o seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, e o empresário Ernesto Kugler Rodrigues. A PGR acusa o trio de receber R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras para aplicar na campanha da petista ao Senado, em 2010. Os três negam ter recebido o dinheiro.

Se o STF acolher a denúncia, eles responderão a uma ação penal pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O STF pode entender, contudo, que não há elementos para abrir um processo e determinar o arquivamento do caso. A sessão no STF está marcada para as 14 horas.

27 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Exibição infeliz

Ao antecipar nova etapa da Lava Jato, ministro da Justiça estimula especulações sobre interferência do governo Temer na investigação

No domingo (25), sem que houvessem lhe perguntado a respeito, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, resolveu desfilas seus conhecimentos sobre os próximos passos da Operação Lava Jato.

“Quinta teve uma [etapa], sexta teve outra, nesta semana vai ter mais. Podem ficar tranquilos”, afirmou o ministro em conversa com integrantes do Movimento Brasil Limpo, que organizou atos pelo impeachment da petista Dilma Rousseff. Em seguida, arrematou, sorridente: “Quando vocês virem esta semana vão se lembrar de mim”.

Chefe da Polícia Federal e ex-secretário da Segurança Pública no governo Geraldo Alckmin (PSDB), Moraes, como noticiou o jornal “O Estado de S. Paulo”, participava da campanha do deputado federal Duarte Nogueira (PSDB), candidato a prefeito de Ribeirão Preto (SP).

Mais tarde, percebendo o quanto havia de indevido na declaração, a assessoria do Ministério da Justiça tentou reinterpretá-la. Sustentou que se tratava de força de expressão, um simples apoio às investigações; acrescentou que Moraes não dispunha de informação privilegiada nem sabia de alguma operação com antecedência.

A explicação, obviamente, não convenceu; ainda pior, caiu no ri-

dículo menos de 12 horas depois. Eis que, na manhã desta segunda-feira (26), a Polícia Federal deflagrou a 35ª fase da Lava Jato.

A situação já se mostrava suficientemente bizarra, mas havia mais. Entre os presos estava Antonio Palocci (PT), ex-ministro da Casa Civil (na gestão Dilma) e da Fazenda (com Lula), acusado de receber propina da Odebrecht.

Haja “força de expressão”: Palocci foi duas vezes prefeito de Ribeirão Preto, cidade em que nasceu e onde construiu sua base política.

As circunstâncias preocupam porque sugerem, na hipótese mais benigna, enorme descuido do ministro da Justiça; na mais grave, o uso político de informações que a rigor nem deveria ter em mãos.

Daí não se conclui necessariamente que o governo Michel Temer (PMDB) controle as operações da PF. Ganham alguma verossimilhança, contudo, as suspeitas que se levantam diante da sincronia da Lava Jato com o ritmo das conveniências partidárias.

Os 20 dias que antecedem as disputas municipais foram marcados pela apresentação de Lula como comandante máximo da organização criminosa do petrolão, pela detenção (e soltura) do ex-ministro Guido Mantega e, agora, pela prisão de Palocci —na última data em que isso seria possível antes do pleito, segundo a lei eleitoral.

A exibição infeliz de Alexandre de Moraes torna necessária certa dose de boa vontade para enxergar mera coincidência nesse roteiro.

27 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Temer repreende Moraes, mas não o demite

Presidente foi aconselhado a exonerar ministro da Justiça,
que disse domingo que haveria nova fase da Lava Jato

Afirmção indicando conhecimento prévio de ação da PF, o que não é usual, foi considerada 'desastrosa'

VALDO CRUZ
DÉBORA ÁLVARES
DE BRASÍLIA

Apesar de ser aconselhado por assessores a demitir seu ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, o presidente Michel Temer avaliou que tomar essa medida seria uma admissão oficial de que seu assessor vazou uma operação da Lava Jato e decidiu mantê-lo em sua equipe.

Irritado com as declarações de Moraes, dadas no domingo (25) afirmando que "nesta semana" haveria mais uma fase da Lava Jato, Temer cobrou explicações.

Os dois se falaram por telefone, quando Moraes repetiu o que já dissera momentos antes à imprensa, que sua intenção era dizer que as operações não iriam parar nem ter interferência do governo.

Ele disse só ter sido informado da nova etapa da Lava Jato, que prendeu o ex-ministro Antonio Palocci, quando a operação já estava sendo realizada nesta segunda (26).

Segundo assessores, Temer aceitou as explicações, mas cobrou dele que pare de dar declarações "desastrosas" e seja mais "cuidadoso".

A **Folha** apurou que alguns interlocutores do presidente defenderam a demissão do

ministro da Justiça, para dar um exemplo de que nem os amigos dele seriam poupados em caso de gerar confusões.

Pesou, porém, a avaliação feita por assessores com o presidente de que, em primeiro lugar, Moraes realmente não teria tido a intenção de vazou uma operação da Lava Jato. E que sua demissão seria uma admissão de culpa do governo e traria, de vez, o foco do dia para o Planalto.

Temer queria se encontrar pessoalmente com Moraes, mas o ministro só chega a Brasília nesta terça (27). O presidente decidiu que terá conversa particular de "enquadramento" com todos os ministros que têm dado declarações "desastrosas".

Além de Moraes, estão na lista Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo), Ricardo Barros (Saúde) e Ronaldo Nogueira (Trabalho).

Depois, Temer estaria disposto a não ter mais tolerância com esses ministros. Segundo interlocutores, dois nomes da lista já estariam na "marca do pênalti" e correm risco de demissão em caso de reincidência: o próprio Moraes e Ricardo Barros.

O Ministério da Justiça resolveu divulgar, nesta segunda (26), o vídeo do momento em que o ministro dá a declaração. As imagens foram feitas em Ribeirão Preto (SP) em um evento de campanha do candidato a prefeito Duarte Nogueira (PSDB), do mesmo partido de Moraes.

No vídeo, o ministro aparece entre ativistas de grupos anticorrupção e pró-impeachment e diz a eles que a Lava Jato tem apoio do governo Michel Temer. "Teve [operação] a semana passada e esta semana vai ter mais, podem ficar tranquilos. Quando vocês virem esta semana, vão se lembrar de mim", diz Moraes, em meio a risos.

Não é usual que ministros saibam com antecedência de operações realizadas pela PF.

A ex-presidente Dilma Rousseff disse que o episódio lança suspeitas de uso político da Lava Jato. As lideranças do PT na Câmara e no Senado vão apresentar representação ao Ministério Público e à Comissão de Ética da Presidência contra o ministro.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

EU ME GARANTO

27 SET 2016

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes (PSDB-SP), foi um dos poucos que se recusaram a passar pelo treinamento de mídia sugerido pela equipe de comunicação do governo assim que Michel Temer assumiu interinamente.

FORA DA TURMA

Convidado a participar, ele desprezou o convite. Outros ministros se submeteram ao chamado “media training”, em que jornalistas simularam entrevistas duras para que os integrantes do governo treinassem respostas rápidas e convincentes.

FOGO AMIGO

Integrantes do núcleo próximo de Temer defendem que ele substitua Moraes na pasta da Justiça, aproveitando o pretexto de o ministro ter declarado que a Operação Lava Jato faria novas operações nesta semana em pleno evento de campanha do PSDB em Ribeirão Preto — terra de Antonio Palocci, que acabou sendo preso nesta segunda (26). As operações da Polícia Federal deveriam ser, por lei, sigilosas.

FOGO AMIGO 2

Um dos assessores mais próximos de Temer chega a lembrar que o ministro foi nomeado por exclusão, depois que o escolhido, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, deu uma entrevista criticando a Operação Lava Jato. Temer ainda sondou os ex-ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto, Carlos Velloso e Ellen Gracie para o cargo, sem sucesso. Só depois convidou Moraes para o posto.

DOIS SENHORES

Há ainda um mal-estar pelo fato de Moraes se equilibrar entre Temer e Geraldo Alckmin (PSDB-SP).

Ambos podem, em 2018, disputar a Presidência do país, embora o atual presidente negue a intenção de concorrer à reeleição.

POR ACASO

Moraes nega que tenha revelado uma operação secreta da PF e diz que nem sequer sabia que ela ocorreria.

AMIGO NA CIDADE

A cantora Daniela Mercury teve uma surpresa ao ver o ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), na plateia do show que fez em Brasília na sexta (23). Cantou abraçada com ele e depois o recebeu no camarim. Defensor do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, Marco Aurélio ficou amigo de Daniela e da mulher dela, Malu Verçosa, em 2012, quando a cantora se apresentou na posse do então presidente do STF, Carlos Ayres Britto.

PAINEL DO LEITOR

Operação Lava Jato

Tudo me faz supor que o ministro da Justiça, Alexandre Moraes, monitora dia e noite as operações da Polícia Federal — e com um olho enorme na Lava Jato. Quer ser o primeiro a informar ao chefe quando os atingidos forem os amigos. Fico supondo também o quanto esse pessoal influencia as operações quando se referem aos governos estaduais, que não têm a mesma visibilidade e monitoramento da imprensa. Dá para imaginar quanta sujeira foi jogada para baixo do tapete (“Após prisão de Palocci, Temer cobrará explicações de ministro da Justiça”, folha.com/no1816906).

MAURO TADEU ALMEIDA MORAES (Curitiba, PR)

PAINEL



Sai de baixo A fala de Alexandre de Moraes (Justiça) antecipando a ação da PF foi chamada no governo de “cala a boca, Magda”. Um membro do primeiro escalão diz que o palácio não precisa de porta-voz, mas de “corta-voz”.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Prisões metafísicas

27 SET 2016

SÃO PAULO - As prisões cautelares determinadas por Sergio Moro são ilegais e injustas, como alegam os defensores dos encarcerados? Aristóteles abre o livro Z da "Metafísica" escrevendo: "Tò òn légetai pollachôs", que pode ser traduzido como "aquilo que é se diz de várias maneiras". A multiplicidade de significados também se aplica às prisões.

Num primeiro sentido, bem ao rés do chão, as ordens são legais, já que foram assinadas por um magistrado que as fundamentou juridicamente, como exige a lei. Quando os defensores afirmam que elas são ilegais, não contestam esse aspecto formal, já que nunca aconselham seus clientes a evadir-se ou resistir à injusta agressão dos policiais, o que estaria em seu direito se as prisões fossem ilegais nesse sentido mais estrito.

O ponto dos advogados, com o qual concordo, é que as justificativas para as prisões nem sempre são sólidas. Pela lei, tanto a prisão preventiva como a temporária deveriam ser excepcionais, só cabendo quando não houver outro modo de dar seguimento às investigações ou quando se provar que a liberdade do acusado traz riscos como fuga, sumiço de provas ou perigo para a ordem pública.

O próprio juiz Sergio Moro se traiu no caso de Guido Mantega, cuja prisão foi decretada e revogada num intervalo de poucas horas. Ou bem ela não era tão imprescindível quanto o magistrado inicialmente pensara, ou então a soltura é que foi precipitada.

Há ainda uma terceira camada de sentido, que diz respeito a como as prisões cautelares são usadas de fato no país. Aqui, infelizmente, o abuso é a regra. Isso significa que os defensores têm razão ao reclamar de que a melhor interpretação da lei não está sendo seguida, mas avançam o sinal quando afirmam que seus clientes são vítimas de um tribunal de exceção. A menos, é claro, que estendamos o "de exceção" ao próprio sistema judiciário brasileiro, mas, neste caso, a grita não poderia ficar limitada aos réus da Lava Jato.

27 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

A velha democracia

HEBE MATTOS

Desvalorizar as fronteiras entre Estado de direito e estado de exceção retira a legitimidade da defesa dos valores de fato democráticos

A crise política que vivemos é em parte tipicamente brasileira (ou latino-americana), com suas velhas elites sempre dispostas ao golpe contra a vontade política das maiorias, mas é também reflexo da crise global da democracia representativa. A discussão sobre os limites da legalidade democrática e o estado de exceção está na ordem do dia.

O uso do termo “estado de exceção” — inspirado no livro homônimo do filósofo Giorgio Agamben — para caracterizar a ordem de prisão decretada pelo juiz Sergio Moro contra o ex-ministro Guido Mantega causou celeuma entre alguns acadêmicos.

Como de hábito, não faltou quem lembrasse que a comoção com a prisão sem motivos claros, em um hospital em que ele acompanhava a mulher doente, seria exagerada. Pareceria sugerir que se inaugurava algo novo na justiça brasileira, quando a prática seria de fato corriqueira nas periferias.

A afirmação é verdadeira e coloca em foco um limite fundamental da experiência democrática brasileira. Mas é também problemática, pois, levada às últimas consequências do ponto de vista lógico, acaba por tornar indistintas as fronteiras entre estado de exceção e Estado de direito.

No limite, torna possível afirmar, por exemplo, não ter havido propriamente um golpe contra o regime democrático brasileiro em 1964,

simplesmente porque não tínhamos um regime democrático na ocasião. Afinal, como poderia existir democracia de fato em um país em que os analfabetos não votavam e o Partido Comunista estava cassado?

Continuando com o mesmo raciocínio, também o Estado Novo não teria sido um golpe à ordem democrática, pois sob as constituições de 1824, 1891 e 1934 havia fraude eleitoral, práticas de tortura, inúmeras rupturas políticas e restrições aos direitos de voto.

Uma baixa adesão aos valores democráticos é um pré-requisito contextual para qualquer golpe contra a democracia. As experiências democráticas concretas têm zonas de exceção mais ou menos amplas, delimitadas por fronteiras culturais e hierarquias socioeconômicas.

No Brasil, tais espaços de exceção continuam especialmente amplos e fortemente marcados pelo racismo. O Estado democrático de Direito é formado, entretanto, pela presunção da ilegalidade de tais práticas. Desvalorizar as fronteiras formais entre Estado de direito e es-

tado de exceção deslegitima a defesa dos direitos democráticos efetivamente existentes.

A democracia dos Estados Unidos conviveu com a legalidade da escravidão, seguida da segregação racial e depois do encarceramento negro em massa. Os Estados liberais europeus não têm história muito mais edificante. Isso não retira a importância dos valores democráticos na história dessas sociedades.

Como bem sinalizou a presidente eleita Dilma Rousseff, a divulgação ilegal de conversas da Presidência da República rompeu a fronteira entre Estado de direito e estado de exceção, construindo as condições para o golpe parlamentar que a tirou do poder. A seletividade política crescente de membros do Judiciário brasileiro é mais um passo em direção ao abismo.

A tentativa de aprovação de uma reforma educacional profunda por medida provisória, também. A prisão de Mantega, abortada pela reação da opinião pública, era parte do processo. Ou damos os nomes aos bois agora ou em breve não poderemos mais gritar para saber onde está o Amarildo.

HEBE MATTOS é professora titular de história do Brasil da Universidade Federal Fluminense. Foi professora visitante da Universidade Columbia (EUA)

27 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO



27 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

6 em 10 vítimas conhecem estuprador

Instituto Sou da Paz analisou boletins de ocorrência registrados na cidade de São Paulo no primeiro semestre

Redução desse tipo de crime requer educação sobre desigualdade de gênero desde cedo, dizem especialistas

FABRÍCIO LOBEL
DE SÃO PAULO

Cometido contra crianças, por pessoas próximas e dentro de casa. Esse é o perfil do estupro em São Paulo, segundo levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz.

A análise foi feita a partir de 1.991 de boletins de ocorrência registrados na cidade de São Paulo nos primeiros semestres de 2015 e 2016. Estimativas apontam, porém, que apenas 10% desses crimes são notificados.

Segundo os dados, a maioria dos estupros são cometidos por pessoas que conheciam a vítima. Em 2016, esse índice foi de 59%.

Em 25% dos casos, o agressor está dentro do círculo familiar. Nesse grupo, os agressores mais comuns são os pais das vítimas (28% dos casos) e os padrastos (26% dos casos).

“Com esse dado, percebe-se que não é correta a impressão de que ao andar na rua à noite e em locais ermos se esteja mais vulnerável à violência sexual”, afirma Stephanie Morin, coordenadora de Gestão do Conhecimento do Instituto Sou da Paz.

Para especialistas, a proximidade com o agressor inibe as denúncias e dificulta a ação da polícia ou da Justiça.

“A percepção é de que o estuprador é facilmente reconhecido socialmente. Mas não. Ele é muito bem inserido socialmente, réu primário ou religioso”, explica a coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, Valéria Scarance.

Outro fator complicador é o fato de que as maiores vítimas são crianças, que geralmente ocultam agressões sofridas. Se a vítima decide expor o crime, depende ainda da iniciativa de terceiros para fazer uma denúncia formal.

De acordo com os dados levantados, 61% dos estupros são cometidos contra menores de idade. A faixa etária mais vulnerável ao crime é entre 11 e 15 anos.

Para Valéria, a prevalência de casos entre crianças conflita diretamente com a noção comum de que a vítima é de alguma forma responsável pelo estupro sofrido.

Na última semana, a **Folha** divulgou pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que mostra que 30% dos brasileiros concordam com a ideia de que a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada.

“Esse número revela um pensamento estigmatizado a respeito da mulher. A noção de que o homem é um predador sexual e a mulher é que deve ser cautelosa”, diz.

Ainda segundo os boletins analisados, meninas e mulheres representam 88% dos casos registrados. A maior

presença dos meninos entre vítimas de estupro se dá entre os 2 e os 10 anos de idade. Nessa faixa etária, são 25% das vítimas.

Para a ONU Mulheres, o combate ao estupro deve passar pela conscientização da diferença de gênero no país.

“Por meio da educação, desde muito cedo, devemos tirar a ideia de que homens têm direito sobre os corpos das mulheres. Devemos mudar a cultura do estupro e do machismo”, afirma Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil.

CONTINUA

27 SET 2016

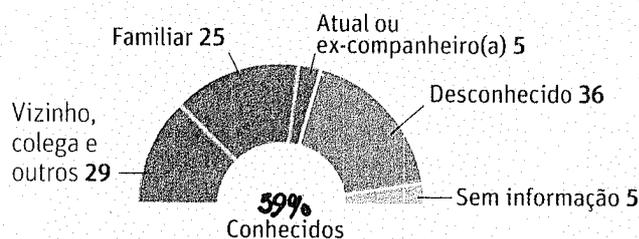
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ESTUPROS NA CAPITAL

Estudo analisou boletins de ocorrência do 1º sem.2016 na cidade de São Paulo

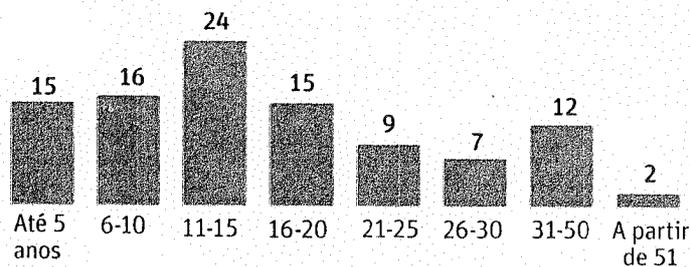
Relação com os agressores, em%



Local do estupro, em%

Residência	51
Via pública	33
Instituição de ensino	3
Outros	13

Idade das vítimas, em %



88%

das vítimas são mulheres e 61% são menores

24%

das que têm entre 11 e 15 anos são garotos; essa é a idade em que o índice entre meninos e meninas está mais próximo

Dez piores regiões

Distritos policiais com mais registros de estupro

1. Capão Redondo (sul)
2. Jardim das Imbuías (sul)
3. Perus (norte)
4. Jardim Herculano (sul)
5. Jaçanã (norte)
6. Campo Limpo (sul)
7. Parelheiros (sul)
8. Vila Jacuí (leste)
9. Jardim Mirna (sul)
10. Jaraguá (norte)

1.055

estupros foram registrados na cidade no 1º sem.

47,6 mil

foi o número de ocorrências no país em 2014

Fontes: Instituto Sou da Paz/Secretaria da Segurança Pública de SP e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

JORNAL DO ÔNIBUS

27 SET 2016

Moro bloqueia R\$ 128 milhões de ex-ministro



O juiz Sérgio Moro determinou o bloqueio preventivo de até R\$ 128 milhões das contas bancárias do ex-ministro da Fazenda *Antônio Palocci* (foto). O mesmo valor foi bloqueado também das contas do assessor do ex-ministro, Branislav Kontic, e do ex-secretário da Casa Civil Juscelino Dourado. Os três foram presos temporariamente ontem (26) na 35ª fase da operação. O bloqueio também atinge as empresas Projeto Consultoria Empresarial e Financeira e J&F Assessoria.

No despacho, Moro diz que há provas de que Palocci era o responsável por receber recursos da Odebrecht e coordenar o repasse a seu grupo político. "Surgiram provas, em cognição sumária, de que ele [Palocci] recebia e era responsável pela coordenação dos recebimentos por parte de seu grupo político de pagamentos sub-reptícios (obtidos de forma ilícita) pelo Grupo Odebrecht." ■

Oposição recorre contra ministro da Justiça

Parlamentares da oposição entraram ontem (26) com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Os deputados e senadores do PT e do PCdoB pedem o afastamento cautelar do ministro por entenderem que Moraes violou o sigilo profissional do cargo.

Na petição, os parlamentares acusam o ministro de ter conhecimento prévio sobre a 35ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada na manhã de hoje, quando o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil, Antonio Palocci, foi preso.

Domingo (25), ao participar de um evento de campanha em Ribeirão Preto (SP) com o deputado federal e candidato a prefeito Duarte Nogueira (PSDB-SP), o ministro disse que haveria uma nova fase da Lava Jato nesta semana. A cidade é terra natal e berço político de Palocci. ■

Moro solta todos os alvos de Arquivo X



O juiz federal Sérgio Moro mandou soltar todos os alvos da Operação Arquivo X, 34º desdobramento da Lava Jato que pegou o ex-ministro Guido Mantega (Fazenda), na quinta-feira, 22. A decisão do juiz da Lava Jato alcança outros sete investigados da Arquivo X, Luiz Cláudio Machado Ribeiro, Ruben Maciel da Costa Val, Luiz Eduardo Carneiro, Danilo Souza Baptista, Francisco Corrales Kindelan, Luiz Eduardo Neto Tachard e Júlio César Oliveira Silva.

Moro impôs a eles três restrições: compromisso de comparecimento a todos os atos do processo e atenderem às intimações, mesmo no inquérito, por telefone; proibição de deixar a residência por mais de 30 dias sem pedir autorização judicial; e proibição de deixar o país sem sua autorização. ■

TRIBUNA DO PARANÁ

NA MIRA.....

Em seu primeiro mandato no Senado, a paranaense Gleisi Hoffmann (PT) pode se tornar a terceira parlamentar a entrar na mira do Supremo Tribunal Federal (STF) por causa da Operação Lava Jato. Hoje, a Segunda Turma do STF vai analisar se acolhe ou rejeita a denúncia feita pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra ela, contra o seu marido, o ex-ministro das gestões petistas Paulo Bernardo, e também contra o empresário Ernesto Kugler Rodrigues. A PGR acusa o trio de receber R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras, revelado pela Lava Jato, para aplicar na campanha eleitoral da petista ao Senado, no ano de 2010. Os três, que têm advogados diferentes atuando no caso, negam ter recebido o dinheiro.

27 SET 2016

BEMPARANÁ

Facebook

A Justiça Eleitoral determinou que o Facebook retire do ar, no prazo de 24 horas, a conta "Jacaré Turista", que estaria sendo usada para atacar o candidato à prefeitura de Curitiba, Rafael Greca (PMN), da coligação Curitiba, Inovação e Amor. A juíza Sayonara Sedano, da 175ª Zona Eleitoral, também notificou ao Facebook que identifique o autor da conta, em um prazo de 48 horas. A decisão ainda pede que a rede social apresente os IPs - endereços de acesso da conta - para facilitar a identificação. A ação foi movida pelo setor jurídico do PMN, que também pediu aplicação de multa em caso de descumprimento.

Onde votar

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve liberar hoje para download nas lojas Apple Store e Google Play, o aplicativo para smartphones "Onde votar" criado para facilitar o acesso do eleitor brasileiro ao local de votação e aos postos de justificativa, caso esteja fora do seu domicílio eleitoral. O aplicativo funciona como um guia que auxilia os eleitores que estão em dúvida sobre a zona ou seção em que votam. Ele traz o endereço dos locais de votação e dos postos de justificativa em todo o Brasil, permitindo ao cidadão fazer a consulta de forma rápida e segura, diretamente das bases nacionais da Justiça Eleitoral.

Acervo

A prefeitura de Curitiba divulgou ontem nota afirmando ter notificado o candidato do PMN, Rafael Greca, para que ele deponha na sindicância que investiga o desaparecimento de obras de arte do acervo do município quando ele era prefeito, em 1995. Segundo a nota, após seis tentativas frustradas de notificação desde a última sexta-feira, o ex-prefeito teria sido notificado por email e Sedex na manhã de ontem. Greca também recebeu notificação da Procuradoria com pedido para que abra sua chácara para que técnicos da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) realizem a perícia nas obras em questão.

Abuso

Também em nota, a assessoria de Greca afirmou que o candidato "não foi notificado", e "considera o procedimento um abuso de autoridade com fins eleitoreiros". O ex-prefeito ainda "reitera que todos os bens de sua propriedade são legado de sua família e os mais expressivos estão declarados no seu Imposto de Renda, apresentado no TRE".

Cartórios fazem "apostilamento"

Os cartórios extrajudiciais de Curitiba já estão aptos a realizar o novo serviço de validação de documentos brasileiros para uso internacional, chamado de "apostilamento". A medida entrou em vigor no dia 15 de agosto nas capitais brasileiras. Com isso, os procedimentos de obtenção de dupla cidadania e processos de estudo no exterior são facilitados com redução de tempo e custo para a população.

A partir de agora, com a adesão do Brasil a "Convenção da Apostila da Haia", que reúne 112 países, os cartórios brasileiros passam a validar documentos como certidões de nascimento e de óbito, diplomas escolares, procurações, declarações e certificados para a utilização dentro dos países signatários do tratado.

O serviço, primeiramente oferecidos pelas capitais, deverá ser ampliado gradativamente a todas as serventias do país.

27 SET 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cartórios de Curitiba oferecem serviço de validação de documentos para uso internacional

Os cartórios extrajudiciais de Curitiba (PR) já estão aptos a realizar o novo serviço de validação de documentos brasileiros para uso internacional, chamado de "apostilamento". A medida entrou em vigor no dia 15 de agosto nas capitais brasileiras com base na resolução nº 228 do Conselho Nacional da Justiça (CNJ). Com isso, os procedimentos de obtenção de dupla cidadania e processos de estudo no exterior são facilitados com redução de tempo e custo para a população.

"O ponto principal do apostilamento é o fator facilitador que ele permite à vida do cidadão que tem a necessidade e interesse em validar o seu documento para uso no exterior. A exportação de documentos públicos se tornou mais ágil exigindo menos burocracias e será permitida graças à capilaridade dos cartórios, que estão em todas as regiões do país", explica o vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Cláudio Bley Carneiro.

A partir de agora, com a adesão do Brasil a "Convenção da Apostila da Haia", que reúne 112 países, os cartórios brasileiros passam a validar documentos como certidões de nascimento e de óbito, diplomas escolares, procurações, declarações e certificados para a utilização dentro dos países signatários do tratado. Dependendo da serventia e do número de documentos solicitados para

validação, o procedimento pode ser resolvido imediatamente. O serviço, primeiramente oferecidos pelas capitais, deverá ser ampliado gradativamente a todas as serventias do país.

Anteriormente à resolução, para um cidadão brasileiro legalizar algum documento a ser utilizado internacionalmente, era necessário reconhecer as firmas em cartório, depois autenticar o reconhecimento de firma perante o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e então reconhecer a autenticação do MRE em uma embaixada ou consulado do país estrangeiro de destino do documento. O procedimento, chamado de legalização consular, pode levar até 90 dias.

SEGURANÇA

A iniciativa, fruto de uma parceria entre o CNJ e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), a partir do uso do sistema SEI Apostila, garante total segurança aos solicitantes e aos cartórios que utilizam a tecnologia. O sistema permite visualizar o documento e a sua cópia apostilada e acompanhar todo o andamento do processo no site do CNJ.

O papel em que o documento será apostilado também possui sua especificidade, ele deve ser impresso em papel seguro fornecido pela Casa da Moeda, também responsável pelo material de impressão dos passaportes e do real.